

## **VIDAL, RAFAEL SAMPAIO**

\*dep. fed. SP 1918-1922; min. Faz. 1922-1925; dep. fed. SP 1934-1935.

*Rafael de Abreu Sampaio Vidal* nasceu em Campinas (SP) no dia 14 de julho de 1870, filho de Joaquim José de Abreu Sampaio, deputado à Assembleia Provincial, e de Maria das Dores Sampaio Vidal.

Estudou humanidades no Colégio Culto à Ciência, em Campinas, e em 1886 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde foi colega de turma de Afrânio de Melo Franco, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Washington Luís e outros futuros políticos de destaque. Colou grau em 1891.

Depois de formado, mudou-se para São Carlos (SP) e foi eleito vereador. Durante o exercício do mandato, reformou a contabilidade, o código de posturas e os impostos municipais. Orientou, ainda, os planos para a execução do serviço de esgotos da cidade. Participou também ativamente da organização do Clube da Lavoura, tendo instalado campos de demonstração e feito o levantamento estatístico completo da agricultura do município. Pouco depois, redigiu sobre o assunto uma monografia que foi publicada na revista do Instituto do Café. Eleito provedor da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, inaugurou, no dia 1º de novembro de 1899, o hospital da entidade. Reeleito duas vezes para o mesmo cargo, renunciou em 1903 devido à mudança para a capital do estado.

Em São Paulo passou a exercer a advocacia, tendo representado bancos e empresas particulares. Em 1910, elegeu-se para a Câmara Estadual, onde foi membro das comissões de Agricultura e de Finanças. Foi também o autor da lei de criação do Patronato Agrícola, em 1911, e do projeto, convertido em lei, relativo à sericicultura. Participou, ainda, da Comissão de Revisão da Constituição do estado e expôs as vantagens dos armazéns gerais para o financiamento e a defesa dos produtos agrícolas. Fundou a Companhia Central dos Armazéns, em Santos (SP), e a Sociedade Rural Brasileira. Ao mesmo tempo, defendeu a cafeicultura em artigos publicados nos jornais paulistas.

Em 1912 deixou o mandato de deputado estadual para assumir a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de São Paulo, durante o governo de Francisco de Paula Rodrigues Alves (1912-1916). Nessa função, criou a polícia técnica do estado, reorganizou o serviço de identificação e cooperou na remodelação da Força Pública, instituída pela Missão Militar

Francesa. Também secretário da Fazenda durante parte desse período, organizou a Bolsa Oficial de Café, a Caixa de Liquidação e a Câmara Sindical dos Corretores. Oficializou a Associação Comercial de Santos e criou as caixas econômicas estaduais. Procedeu à aquisição, pelo estado, das ações do Banco Hipotecário, cuja maioria pertencia a um grupo de banqueiros franceses. A instituição foi depois reorganizada com o nome de Banco do Estado de São Paulo. Em 8 de novembro de 1915 deixou a Secretaria da Fazenda, devido à dissidência do grupo a que pertencia, chefiado por Júlio Mesquita, em relação a Rodrigues Alves. Esse grupo era contrário à candidatura, apoiada pelo presidente paulista, de Altino Arantes para o governo estadual.

Eleito deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Republicano Paulista (PRP), assumiu o mandato em 3 de maio de 1918. Na Câmara dos Deputados, lutou pelo estímulo à cafeicultura e por medidas que possibilitassem a sustentação dos preços de exportação do produto. Organizou o projeto de criação do Departamento Nacional do Café. Recusado pelo governo federal, o projeto resultou na implantação, pelo governo paulista, do Instituto do Café de São Paulo.

Em 1920 reelegeu-se deputado federal, mas renunciou ao mandato em 15 de novembro de 1922, para assumir o cargo de ministro da Fazenda, durante a presidência de Artur Bernardes (1922-1926). De imediato, deparou-se com inúmeros problemas referentes à baixa do câmbio e à flutuação da dívida externa. Tentando contornar essas dificuldades, instituiu o imposto geral sobre a renda, direto e pessoal, e executou a reforma do Banco do Brasil, transformando-o em banco emissor (lei de 8/1/1923). Também continuou a defender o mercado do café. Reorganizou a contabilidade do Tesouro Nacional, instituindo um novo sistema de escrituração, por partidas dobradas, previsto em lei de sua iniciativa quando deputado federal.

Em 1925, Artur Bernardes afastou Cincinato Braga da presidência do Banco do Brasil, em decorrência do atrito surgido em torno da política de auxílio ao empresariado paulista, o qual havia sofrido grande abalo com a Revolta de julho de 1924. Sampaio Vidal, favorável à posição assumida por Cincinato, pediu então demissão do cargo de ministro da Fazenda. Em abril do mesmo ano foi eleito senador estadual, para ocupar a vaga aberta com a morte de Antônio da Silva Teles.

Após a vitória da Revolução de 1930, o PRP desmantelou-se e reapareceu apenas em

janeiro de 1932, com o lançamento de um manifesto. O documento justificava os meses de silêncio observados pelo partido e explicava as razões do seu ressurgimento — o conflito gerado pelo preenchimento da interventoria paulista. Sampaio Vidal, como membro da comissão diretora do PRP, foi um dos signatários. Em seguida, apoiou a Revolução de 1932. Com a derrota do movimento, os políticos paulistas buscaram fórmulas que lhes permitissem reintegrar seu estado na vida política nacional. Organizou-se a Chapa Única por São Paulo Unido para concorrer ao pleito de 3 de maio de 1933, e nele Sampaio Vidal foi eleito suplente de deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Somente em 27 de julho de 1934, depois de promulgada a Constituição, assumiu uma cadeira, na qual permaneceu até 30 de abril de 1935, durante o período de prorrogação do funcionamento da Constituinte.

A partir de então, dedicou-se às atividades privadas, tendo feito incursão pela vida pública apenas como membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças, criado em novembro de 1937.

Morreu em São Paulo, no dia 13 de julho de 1941.

Foi casado com Carlota Borges Sampaio Vidal, filha dos barões de Dourados e neta dos viscondes do Rio Claro.

Além de *Organização comercial da defesa do café*, escreveu *Contabilidade agrícola de fazenda de café* (1905) e *Defesa permanente do café* (1921).

*Regina Hipólito*

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados; Câm Dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CURRIC. BIOG.; *Grande encic. Delta; Ilustração brasileira* (7/9/1933); JARDIM, R. *Aventura*; LEITE, A. *História*; MELO, L. *Dicionário*; SOUSA, J. *Índice*..